



## LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL DE 1964-2021


Maria de Nazaré Tavares Zenaide

QUANDO	ACONTECEU
<p>1964</p> 	<p>Criação do <b>Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana CDDPH</b> - Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, vinculado ao MJ como órgão nacional de proteção e defesa dos direitos humanos e de monitoramento das ações de políticas públicas.</p>
<p>1964 a 1985</p> 	<p><b>Educação como Resistência ao Autoritarismo</b></p> <p>Desde 1968 que emergiram lutas sociais de resistência à opressão – movimento cultural, movimento estudantil, movimento sindical e de familiares de mortos e desaparecidos políticos, a União Brasileira de Mães e as lutas em torno da Anistia e contra a intervenção nas universidades, sindicatos, partidos e na vida política nacional.</p>
<p>Anos 1970</p>	<p><b>Campanha nacional contra a repressão e pela democratização</b></p> <p>Criação de Movimentos e Comissões de Justiça e Paz, Centros Pastorais, Centro e Comitês de Defesa de Direitos Humanos integrando uma rede de resistência social frente ao golpe de estado e as violações aos direitos humanos.</p>
<p>1971</p> 	<p>Em 1971, foi realizado o Encontro do Episcopado Paulista em Brodósqui, quando foi assinado o documento “Testemunho de Paz”, em que os bispos brasileiros denunciavam a tortura no país.</p>
<p>1972</p>	<p>Comissão de Justiça e Paz de São Paulo</p>
<p>1973 e 1974</p>	<p>Política de Esquecimento - Em 1973 os militares no Brasil decidem que não se visitaria o passado político da nação. De 1974-1979 o CDDPH foi proibido de reunir-se e os processos de denúncias foram arquivados, só encerrando essa fase com o fim do AI 5, em 1985 (BRASIL, 2006)</p>
<p>1975 - 1979</p> 	<p><b>Movimentos pela Anistia</b></p> <p>Movimento Feminino pela Anistia, Greves de Fome nos Presídios Políticos, Comitês Brasileiros pela Anistia, Congresso Brasileiro pela Anistia, Caravanas pela Anistia.</p>
<p>1977</p>	<p>8 de agosto de 1977, em São Paulo, foi lida pelo jurista Gofredo da Silva Teles Júnior, na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, a Carta aos brasileiros pelo retorno ao estado de direito e pela convocação de uma Assembleia Nacional</p>

	Constituinte.
1978	<b>Emenda Constitucional Nº 11, de 13 de outubro de 1978</b> revoga os Atos Institucionais.
1979	<b>Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979</b> - Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram <b>crimes políticos</b> ou conexo com estes, crimes eleitorais, que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.
Anos 80	<b>Movimento Nacional de Educação em Direitos Humanos</b> Iniciou-se no Instituto de Direitos Humanos da Costa Rica o Curso Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos – Costa Rica – IIDH em 1983  Iniciamos a realização de Encontros e Formação em Direitos Humanos nas experiências de Educação Popular
1985	<b>Lançamento: “Brasil: Nunca Mais” (1985)</b> Pesquisa e análise de dados dos processos dos presos políticos da ditadura militar brasileira.
1988	Brasília, 5 de outubro de 1988 - <b>7ª - Constituição de 1988 (Constituição Cidadã)</b>
1989	1º governo civil  ONU - Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes entra em vigor no Brasil em 28 de outubro de 1989, sendo ratificada em 1991;  Inicia-se em 1989, o <b>Projeto de Educação em Direitos Humanos</b> na Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão de Paulo Freire na Educação e Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo



<p>1990</p>	<p><b>1990 – Collor extingue o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana</b></p> <p><b>4 de setembro de 1990</b> - Comissão Parlamentar de Inquerito – CPI (Federal ou SP estadual) para tratar de investigar a Vala Clandestina de Perus, no Cemitério Dom Bosco em São Paulo onde em valas coletivas eram enterrados crianças subnutridas e expostos políticos mortos nos órgãos de repressão. Banco de DNA com apoio da UNICAMP – quem eram os corpos na vala comun de Perus.</p> <p>Inserção do eixo Direitos Humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária</p>
<p>1991</p>	<p><b>Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991</b> - Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providencias.</p> <p>Ratificação em 15 de fevereiro de 1991, da ONU Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1989)</p>
<p>1992</p>	<p>Câmara dos Deputados. Comissão Extraordinária sobre o Desaparecido Político sob a presidência de Nilmário Miranda.</p> <p>O presidente Fernando Collor entrega os documentos do DEOPS de São Paulo aos familiares de mortos e desaparecidos políticos que constroem um <b>Dossiê sobre Mortos e Desaparecidos Políticos</b></p> <p>A Declaração 47/133 de 1992 tem por base a preocupação da comunidade internacional com a questão do desaparecimento forçado de pessoas por quase duas décadas, tal preocupação da comunidade internacional via ONU, é formar uma norma que possua validade <i>jus cogens</i> e <i>erga omnes</i>.</p> <p><b>Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado</b>, adotada pela ONU através da Resolução 47/133 de 18 de dezembro de 1992 engrossam as medidas de que visam a proteção contra a vilania do “desaparecimento forçado”. Tal Resolução, <i>per si</i>, já faz em seu preâmbulo, um breve histórico de medidas que visam a proteção e garantia dos Direitos de expressão e liberdade nos regimes de exceção;</p>
<p>1993</p>	<p>Por solicitação do Deputado Nilmário Miranda, o Ministério da Justiça e as Forças Armadas entregaram Relatórios sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, reconhecendo a existência da Guerrilha do Araguaia.</p> <p>II Conferencia Mundial de Direitos Humanos em Viena, em 1993, aprova a necessidade de centralidade da educação em direitos humanos na educação através de planos nacionais de direitos humanos.</p>


<p>1994</p>	<p><b>1994 - Resolução 49/184/ 1994 1995-2004 - Década da Educação em Direitos Humanos, equivalendo ao período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004, como forma de sensibilizar e mobilizar os Estados a “promover, estimular e orientar essas atividades educacionais”, dando centralidade ao ensino formal;</b></p> <p><b>Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoa – 9 de junho de 1994</b> - A convenção foi, por exemplo, em seu artigo referendada durante a Convenção de Viena, passando a figurar em seu Artigo 16º e parágrafo 3º o seguinte: <i>“Não serão reconhecidos quaisquer privilégios, imunidades ou dispensas especiais no âmbito de tais processos, sem prejuízo das disposições enunciadas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”</i>. 171 países abraçaram e ratificaram tal Declaração, constituindo assim preceito de Direito Internacional.</p> <p>1987- OEA - Em 9 de junho de 1994 a Resolução da Assembleia Geral da <b>OEA nº 1256 (XXIV-O/94)</b>, adotou a Convenção Interamericana sobre o <i>Desaparecimento Forçado de Pessoas</i>, entrando em vigor em 28 de março de 1996.</p>
<p>1995</p>	<p>Reunião Nacional das entidades e familiares de mortos e desaparecidos chamada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados com o Ministro da Justiça Nelson Jobim e José Gregori dos DH (Dossiê)</p> <p>Fernando Henrique Cardoso recebe dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos quando é entregue um <b>Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos</b></p>
	<p>O Centro de Estudos para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e a Human Rights Watch (HRWA) apresenta petição a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, denunciando em nome dos familiares, o desaparecimento dos mortos na Guerrilha do Araguaia, solicitando declaração de responsabilidade do Estado brasileiro sobre violações de direitos humanos.</p> <p>Fernando Henrique Cardoso através da <b>Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995</b> reconhece como responsabilidade do Estado brasileiro a morte de opositores ao regime de 1964, assim como, prever a concessão de indenização a parentes de militantes políticos mortos ou desaparecidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.</p> <p>Cria-se a <b>Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)</b> para investigar os casos de desaparecimentos e mortes de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período 1961-1988. A comissão passou a ter o poder de deferir pedidos de indenização das famílias.</p> <p>Surge em 1995 a Rede Direitos Humanos na internet: DHNET - informação e divulgação digital em DH e EDH</p> <p>Cria-se a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos em São Paulo</p> <p>I Curso de Especialização em Direitos Humanos (UFPB), com apoio público da CAPES</p>

<p>1996</p>	<p>O presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Programa Nacional de Direitos Humanos I – 1996 após a I Conferência Nacional de Direitos Humanos.</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs</p> <p><b>1996 – Programa Nacional de Direitos Humanos – propõe a criação do PNEDH aprovado na 1ª Conferencia Nacional de Direitos Humanos</b></p>
<p>1997</p>	<p><b>Lei 9.455 de 7 de abril de 1997</b> - Define crimes de tortura e dá outras providências.</p> <p><b>Lei 9.507 de 12 de novembro de 1997</b> - Direito de Acesso a Informações e do Disciplinamento do rito processual do <i>habeas data</i>.</p> <p><b>Decreto nº 2.134 de 24 de janeiro de 1997</b> - regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. regula a classificação, a reprodução e o acesso aos documentos públicos de natureza sigilosa.</p> <p>Decreto nº 2.193/1997 o governo Fernando Henrique Cardoso cria a Secretaria Nacional de Direitos Humanos/ MJ com o objetivo de coordenar, gerenciar e a acompanhar a execução do PNDH, conforme orientação da II Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena em 1993.</p>
	<p><b>1997 - I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos</b></p> <p><b>1997 - Encontro de Educadores em Direitos Humanos em São Paulo</b></p>
<p>1998</p>  <p>Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras</p>	<p>Criado o Estatuto de Roma, tratado que estabeleceu a Corte Penal Internacional (CPI) hoje conhecida como Tribunal Penal Internacional.</p> <p>Realização do Curso de Capacitação de Educadores em Direitos Humanos e cidadania nos Estados com organizações membros da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.</p> <p>Criação do Plano Nacional de Extensão Universitária aprovado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), criado em novembro de 1987, quando insere direitos humanos como eixo da extensão uiversitária.</p>
<p>2001</p>	<p>Medida Provisória nº 2151-3, de 24 de agosto de 2001 quando foi criada a <b>Comissão de Anistia do Ministério da Justiça</b>, regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, que previa a concessão de anistia aos que foram perseguidos em decorrência de sua oposição política.</p> <p>Plano Nacional de Combate à Tortura. Lançado em julho de 2001.</p>
<p>2000</p>	<p>Campanha Nacional pela Prevenção e Combate a Tortura</p>





<p><b>2001</b></p>	<p>Conselhos de Psicologia - Campanha Nacional – para nossas crianças nem cadeia nem caixão – Pela Aplicação Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p><b>OEA 2001 - Carta Democrática Interamericana</b></p> <p><b>2001 - Declaração do México sobre Educação em Direitos Humanos</b> “a promoção e observância dos direitos econômicos, sociais e culturais são inerentes ao desenvolvimento integral, ao crescimento econômico com equidade e à consolidação da democracia dos Estados do Hemisfério”;</p>
<p><b>2002</b></p>	<p><b>Decreto nº 4.553, de 27 de fevereiro de 2002</b> - Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal e dá outras providências. Estabelece a classificação dos documentos como sigilosos: ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão de seu teor ou de seus elementos intrínsecos (art.5o)</p> <p>A Medida Provisória nº 2151-3 de 24 de agosto de 2001 reeditado pela Medida Provisória nº 65, de 28 de agosto de 2002, Convertido na <b>Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002</b>, regulamentando o art. 8 das as Disposições Transitórias que intitui o Regime do Anistiado Político, a Declaração de Anistiado Político e a Reparação Econômica.</p>
 <p><b>MNDH</b> MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS</p>	<p>Encontros de Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos coordenados pelo NEV-SP e articulações estaduais em direitos humanos, sendo aprovado o texto do PNDH 2 em Conferência Nacional</p> <p>Campanha Nacional Permanente Contra a Tortura em parceria com o <b>Movimento Nacional dos Direitos Humanos</b> em 2002.</p> <p>Conferência Nacional de Direitos Humanos para aprovar a Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos 2.</p>
<p><b>2003</b></p>   <p>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</p>	<p>Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - CNEDH através da Portaria nº 98, de 9 de julho de 2003.</p> <p>Em junho de 2003, em Brasília, foi criada a Associação Nacional de Direitos Humanos - Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP)</p> <p>Lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos através de Videoconferencia com apoio das Tvs Assembléias e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias Sociais da Câmara Federal</p>


<p><b>2004</b></p>	<p>Criação da Coordenação Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos para implementar as ações do PNEDH em cooperação técnica com UNESCO, MEC e MJ.</p> <p>Em 03 de agosto de 2004 a ONU aprovou um documento intitulado <i>El Estado de derecho y la justicia de transición em las sociedades que sufren o han sufrido conflictos</i></p> <p><b>ONU - Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014)</b></p> <p><b>1ª fase educação básica (2005-2009) 2ª fase educação superior (2010-2014) 3ª fase – mídia (2015-2019)</b></p> <p>Projeto UNI-CIDADANIA de formação e pesquisa em direitos humanos envolvendo o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a UFPB, a UFS com apoio do Movimento Leigo América Latina (MLAL), do Ministério das Relações Exteriores da Itália (Cooperazione Italiana) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)</p> <p>2004-2005 – Realização da Consulta Nacional para a elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos através de Encontros Estaduais de Educação em Direitos Humanos coordenado no âmbito nacional pela CGEDH da SEDH-MJ.</p>
<p><b>2005</b></p>	<p>O Governo Federal determinou que os três arquivos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) fossem entregues ao <b>Arquivo Nacional</b>, subordinado à Casa Civil, onde passaram a ser organizados e digitalizados sob a coordenação de Dilma Rousseff.</p> <p>Criação da Coordenação-Geral de Combate à Tortura (<b>CGCT</b>) por meio da Portaria nº 22 da Secretaria Especial de Direitos Humanos de 22 de fevereiro de 2005.</p> <p><b>OEA - Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas</b> aprovado na Quarta Reunião de Ministros da Educação, no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), realizada em Trinidad e Tobago, de 10 a 12 de agosto de 2005.</p> <p>Dias 23, 24 e 25 de agosto, o Seminário Internacional Unicidadania, em Recife, envolvendo a Fundação Joaquim Nabuco.</p>
<p><b>2005-2008</b></p>	<p>Ações Civil Pública na Justiça Civil contra oficiais do exército acusados de tortura, homicídio e desaparecimento forçado de dezenas de cidadãos.</p>
<p><b>2006</b></p>	<p>O Governo Federal publicou o Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (PAIPCT) em 2006.</p>





<p style="text-align: center;"><b>2007</b></p> 	<p>Em Agosto de 2007 foi lançado o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, registrando os onze anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,</p> <p>Ratificação do Protocolo Adicional à Convenção Contra Tortura das Nações Unidas (2006) pelo Decreto Presidencial nº 6.085/2007.</p> <p>Lei 11.525/2007 – Obrigatoriedade dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ensino Fundamental</p> <p>2007-2009 - Rede de Educação em Direitos Humanos – Projeto de Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos envolvendo 16 Universidades Públicas Federais – UFPB, UFAC, UNIFAP, UFAM, UFPA, UFAL, UFBA, UFS, UFES, UFRJ, UFVJM, UNB, UFG, UFMS, FURGe UFPR, envolvendo 137 municípios e 15 universidades parceiras, com 132 horas-aulas.</p> <p>Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, de 30 e 31 de agosto a 01 e 02 de setembro de 2006 em Brasília, promoção da SEDH, da Unesco, do MEC e do MJ com Apoio: PNUD e Radiobrás.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2008</b></p>	<p>Julho de 2008 - Audiência Pública realizada pelo Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia sobre “Limites e Possibilidades para Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”.</p> <p>Concursos de Cartazes em Comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela SEDH-MJ.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2009</b></p>	<p><b>Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009</b> - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências tendo como eixo orientador para atuação do Estado o Direito à Memória e à Verdade. Nesse eixo a sociedade propõe a criação da Comissão Nacional da Verdade.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2010</b></p>	<p>A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Estado brasileiro pelos atos de violação aos direitos humanos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia.</p> <p><b>Pacto Interamericano de Educação em Direitos Humanos</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>2011</b></p>	<p><b>ONU Declaração das Nações Unidas sobre educação e formação em direitos humanos (Resolução 16/1, de 23 de março 2011 - uma formação, informação, sensibilização e de aprendizagem que visam promover o respeito universal e a efetiva de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais).</b></p> <p><b>Lei 12.528 de 16 de maio de 2011</b> que cria a <b>Comissão Nacional da Verdade</b> com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.</p> <p><b>OEA - 2011 - 2012 - A Educação em Direitos Humanos na Educação Formal nas Américas.</b></p>



<p><b>2012</b></p>	<p>Em 16 de maio de 2012 a presidente Dilma instala a Comissão Nacional da Verdade.</p> <p>O Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012 aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.</p> <p><b>Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012</b> - regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.</p> <p>PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DE ESPÍRITO SANTO, Julho-Agosto de 2012.</p>
<p><b>2013</b></p>  	<p>Decreto nº 7.919, de 14 de fevereiro de 2013, que institui os cargos em comissão para as atividades da CNV;</p> <p>Resolução nº 08, de 04 de março de 2013, aprovando o Regimento Interno da Comissão Nacional da Verdade.</p> <p>Medida Provisória nº 632, de dezembro de 2013, que prorroga o mandato da CNV até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632.Comissão Nacional da Verdade.</p> <p>A presidente Dilma sanciona a Lei nº 12.847 de 2 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura-SNPCT e cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.</p> <p>Os restos mortais do ex-presidente da República <b>João Goulart</b> chegaram a Brasília com honras militares fúnebres concedidas a chefes de Estado. Jango foi deposto por um golpe de estado em 1964 e morreu no exílio, na Argentina, em 1976. Durante o enterro em São Borja, o Movimento pela Anistia cobre o caixão com a Bandeira da Anistia.</p> <p>Desde 2013 - Prêmio de Educação em Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo</p>
<p><b>2014</b></p>	<p>Conferência Nacional de Educação debatendo a Educação em Direitos Humanos e a Educação para a Memória ou Educação para Nunca Mais</p>
	<p>Criação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos (PeEDH) e o Programa Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo (PeDH) publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 2014.</p>
<p><b>2015</b></p>  	<p>Portaria Interministerial nº 1.321-A, de 29 de setembro de 2015, que “declara o recebimento do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e declara de interesse público e social o acervo documental e arquivístico reunido pela Comissão Nacional da Verdade.”</p> <p>Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e seu Instituto Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos, com a colaboração da <u>Fundação SM</u>, criou em <b>2015 o Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos Óscar Arnulfo Romero</b>.</p> <p><b>Novembro de 2015, Conferências Nacionais de Direitos Humanos conjuntas.</b></p>

<p style="text-align: center;"><b>2016</b></p>  	<p><b>Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos – PNUDH (MEC, MJC e SEDH)</b></p> <p>Decreto nº 57.504 de 6 de dezembro de 2016 que cria o Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos de São Paulo vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, com a finalidade de formular e propor diretrizes para as ações governamentais relacionadas à Política Municipal de Educação em Direitos Humanos.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2017</b></p>	<p>Dom Helder Pessoa Câmara é <b>considerado Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos</b> pela Lei nº13.581/2017 sancionada e publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2017.</p> <p>Direitos Humanos como área Multidisciplinar na CAPES com a criação de Mestrados Interdisciplinares em Direitos Humanos</p> <p>Criação do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Espírito Santo (CEEDH-ES) pela Portaria nº 042-R, de 28 de setembro de 2017</p>
<p style="text-align: center;"><b>2018</b></p> 	<p>Lei nº 13.598, de 8 de janeiro de 2018, inscreve o nome de João Pedro Teixeira – mártir da luta pela terra na Paraíba e Nordeste - no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria no Panteão da Pátria Tancredo Neves, em Brasília.</p> <p>Nos dias 27 e 28 de novembro foi realizado o <b>I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos</b> na Universidade de Brasília (UnB), com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e executado pela Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Cidadania.</p>

	<p>Em 18 de abril de 2018 a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania recebeu o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, elaborado pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), o Comitê Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo, a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ouvidoria da Defensoria Pública e o Instituto Paulo Freire.</p> <p>Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo no dia 29 de agosto de 2018, com a participação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), por meio da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2019</b></p> 	<p>Em 02 de janeiro de 2019, Decreto 9.465/2019, que alterou a estrutura do MEC e cria a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.</p> <p>20 de fevereiro de 2019 – Criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns.</p> <p>Parque do Ibirapuera, no dia 31 de março de 2019 <b>I Caminhada do Silêncio pelas Vítimas de Violência do Estado. Criação do</b> coletivo Movimento Vozes do Silêncio</p> <p>O Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019 do presidente Jair Messias Bolsonaro extingue os colegiados da administração pública federal, previstos na Constituição Federativa de 1988, interrompendo as medidas da Justiça de Transição referente ao Grupo de Trabalho sobre a Vala Clandestina de Perus e o Grupo de Trabalho que investigava o caso Araguaia.</p> <p>A SECAD criada pelo Decreto nº 5.159, de 28 de Julho de 2004 por Tarso Genro transformada em SECADI em 2016 foi extinta pelo <b>Decreto</b> nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 - a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).</p> <p>Em 01 de agosto de 2019 a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos é alterada em sua composição.</p> <p>Seminário Experiências de Educação em Direitos Humanos no Estado de São Paulo, dia 28 de novembro, das 8h às 17h, no Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200. Evento gratuito e aberto ao público.</p> <p>Audiências para formulação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, articulando o Instituto Paulo Freire, a Defensoria Pública e a Prefeitura de São Paulo.</p> <p>Articulações para reativação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2020</b></p> 	<p>Projeto Educação em Direitos Humanos: Respeitar é Preciso! Pela Secretaria Municipal de São Paulo</p> <p>Em 5 de junho de 2020 a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anula 295 portarias de anistiados políticos de oficiais da aeronáutica.</p> <p>Número: 5000493-21.2020.4.03.6126 Sumula 647 STJ – São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.</p> <p><b>Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos, reativação oficial da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.</b></p>

2021



Organização das Comissão Nacional e das Coordenações Estaduais da  
**Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos – ReBEDH**

O Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo convoca através de Resolução 01 de 25 de março de 2021 representantes da sociedade civil para recomposição do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos